



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 19ª (DÉCIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 19ª (décima nona) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a ata da 18ª Sessão Ordinária Virtual, bem como a presente ata. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/1336/2018 – Auto de Infração nº 1/201719973. RECORRENTE: SAND BEACH INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, por recomendação do representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, com o objetivo de: **1.** Verificar se os documentos fiscais apontados pelo agente autuante estavam regularmente escrituradas no momento da lavratura do AI, bem como se os impostos devidos haviam sido recolhidos. **2.** Verificar a natureza das operações, quanto ao regime de recolhimento e fazer a distinção entre as notas submetidas ao regime normal (DIFAL) e regime de Substituição Tributária (ST), bem como as isentas e não tributadas, apontando os respectivos valores totais. Trazer quaisquer outros esclarecimentos que possam subsidiar no completo deslinde do presente processo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes, para proceder sustentação oral das razões do recurso os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos Cintra e Dr. Thiago Mattos. **Processo de Recurso Nº 1/1581/2018 – Auto de Infração nº 1/201801660. RECORRENTE: CONTERRÂNEA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.**

RELATOR: Conselheiro **ALEXANDRE MENDES DE SOUZA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, afastar a nulidade do auto de infração sob o argumento de que o suposto ilícito fora apurado de maneira obscura e incerta, uma vez que está claro o ilícito tributário, as provas produzidas e anexadas ao processo são suficientes, bem como foi dado ao contribuinte o direito de contestar e exercitar plenamente o contraditório e a ampla defesa. Em seguida, também por unanimidade de votos, decidem converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, por recomendação do representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, com vistas a atender os seguintes quesitos: **a)** Verificar se as notas fiscais, objeto presente deste lançamento (fls.10), encontram-se devidamente escrituradas nos livros fiscais e contábeis da empresa; **b)** Verificar a natureza das operações registradas nas notas fiscais de nº. 1; 22; 782 e 444. Trazer quaisquer outros esclarecimentos que possam subsidiar no completo deslinde do presente processo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1755/2018 – Auto de Infração nº 1/201722920. RECORRENTE: ONDAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, com o objetivo de verificar se as notas fiscais, objeto desta autuação, foram devidamente escrituradas na EFD do contribuinte e, se existia pagamento de imposto a ser realizado e se ocorreu o devido pagamento. Trazer quaisquer outros esclarecimentos que possam subsidiar no completo deslinde do presente processo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, contrário à manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1758/2018 – Auto de Infração nº 1/201722903. RECORRENTE: ONDAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, com o objetivo de verificar se as notas fiscais, objeto desta autuação, foram devidamente escrituradas na EFD do contribuinte e, se existia pagamento de imposto a ser realizado e se ocorreu o devido pagamento. Trazer quaisquer outros esclarecimentos que possam subsidiar no completo deslinde do presente processo. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, contrário à manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA